

VIOLÊNCIAS LUSÓFONAS: ANGOLA, MOÇAMBIQUE

Presente desde o século XV nas costas africanas, Portugal só tardiamente empreendeu a colonização do imenso império (vinte e cinco vezes a sua superfície...) que as rivalidades europeias lhe permitiram talhar no continente negro. Esta tardia e superficial ocupação do espaço não facilitou certamente a difusão de um sentimento de dependência homogênea no interior dos territórios. As organizações que se lançaram na luta armada no início dos anos sessenta tiveram de apoiar-se, no seio das populações não brancas, num sentimento anticolonial certamente mais virulento do que as suas eventuais aspirações nacionais⁴⁷. Conscientes dos obstáculos com os que se deparava o seu jacobinismo, as direcções nacionalistas concederam rapidamente uma forte atenção ao *inimigo interno*⁴⁸ — chefes tradicionais, colaboradores do colonizador, dissidentes políticos — acusado de prejudicar a pátria em perigo. Estes traços característicos de uma cultura política que o duplo código genético salazarista e estalinista não predispuha ao culto da democracia representativa iam acentuar-se a despeito da partida precipitada da potência tutelar.

A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

No momento em que, para grande fúria da população branca, os oficiais no poder em Lisboa se manifestam a favor da independência das colónias a 27 de Julho de 1974, o exército português continua senhor do terreno angolano. O seu descomprometimento precipitado abre caminho às três organizações independentistas: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União para a Independência Total de Angola (UNITA). A 15 de Janeiro de 1975, a nova República Portuguesa reconhece-os, quando da assinatura dos acordos de Alvor sobre a independência, como «os únicos representantes legítimos do povo angolano». O calendário é promissor: eleições para a Constituinte no prazo de nove meses; proclamação da independência a 11 de Novembro de 1975. Todavia, enquanto o êxodo de 400 000 portugueses se acelera de Fevereiro a Junho de 1975, a viabilidade da coligação governamental (na qual o MPLA

⁴⁷ Consultar sobre este ponto os trabalhos de Michel Cahen, e nomeadamente a sua polémica com Elísio M. Macamo in *Lusotopie*, 1996, pp. 365-378.

⁴⁸ Alex Vines, *Renamo, Terrorism in Mozambique*, Centre for Southern African Studies, University of York, 1991, p. 5.

se instalou na Informação, na Justiça e nas Finanças) aparece rapidamente como um logro. Os incidentes sangrentos multiplicam-se e o cessar-fogo de Nakuru, a 14 de Junho, é somente uma trégua aproveitada por cada movimento para acumular forças e preparar a intervenção dos seus aliados estrangeiros.

Desde Outubro de 1974, as armas soviéticas vêm aumentar o potencial das milícias do MPLA, que beneficiavam também do apoio da ala esquerda do exército português, reagrupado no Movimento das Forças Armadas (MFA). Influenciados pelo Partido Comunista Português, estes sectores podem então contar com a presença em Luanda, desde Maio de 1974, do «almirante vermelho» Rosa Coutinho. No mês de Março de 1975, os primeiros elementos cubanos e soviéticos desembarcam em Angola. Fidel Castro explicará *a posteriori* a decisão: «A África é hoje o nó fraco do imperialismo. É lá que existem perspectivas excelentes para se poder passar do tribalismo ao socialismo sem ter de percorrer as várias etapas que tiveram de atravessar algumas outras regiões do mundo⁴⁹.» Depois da dissolução do governo (8-11 de Agosto), o *Vietnam Heróico* acosta a Luanda: a bordo, várias centenas de soldados (negros, na sua maioria). Já são 7000 quando, a 23 de Outubro, a União Sul-Africana intervém maciçamente ao lado da UNITA, doravante relegada pelo *Pravda* para o estatuto de «força fantoche, armada pelos mercenários da China e da CIA com o auxílio dos racistas sul-africanos e rodesianos»⁵⁰. A análise não é, certamente, destituída de pertinência. Modelada no torno maoísta, a direcção da UNITA tem efectivamente um agudo sentido de pacto com o diabo. Na circunstância, o bricabraque do inventário dos apoios da UNITA vem inscrever-se no panteão do realismo lenino-estalinista; o caminho que havia de conduzir Savimbi até junto de Pick Botha nada teve que possa desorientar os defensores do pacto germano-soviético de 1939. De momento, porém, a logística aeronaval soviético-cubana revela-se determinante para a sobrevivência do regime. A 11 de Novembro de 1975, MPLA e UNITA proclamam cada um pelo seu lado a independência do país⁵¹, enquanto se desenha um novo mapa daquela que era a pérola do Ultramar português: o MPLA domina os portos, o petróleo e os diamantes, isto é, *grosso modo*, o litoral; os seus rivais (entre os quais a UNITA conquista em breve a supremacia) apoiam-se no Norte e, sobretudo, nos planaltos centrais.

A identificação dos protagonistas torna-se a partir de então mais fácil aos olhos dos Ocidentais, como aliás dos comunistas da África austral. Para

⁴⁹ Entrevista à *Afrique Asie*, n.º 135, 16 de Maio de 1977. In Pietre Beaudet (dir.), *Angola, bilan d'un socialisme de guerre*, Paris, l'Harmattan, 1992.

⁵⁰ *Pravda*, 5 de Novembro de 1975. In Branko Lazitch, Pierre Rigoulot, «Angola 1974-1988. Un échec du communisme en Afrique», suplemento de *Est et Ouest*, n.º 54, Maio de 1988.

⁵¹ A denominação «República Popular de Angola», única reconhecida por Portugal em 1976, a UNITA e a FNLA juntam o adjectivo «Democrática».

o dirigente moçambicano Samora Machel, o carácter implacável da luta inscreve-se na configuração das forças: «Em Angola, há duas partes que se confrontam: por um lado, o imperialismo e os seus aliados e fantoches; por outro, as forças progressistas que apoiam o MPLA. Nada mais⁵².» Líder incontestado do Movimento, Agostinho Neto é negro, antigo assimilado, proveniente de uma família de pastores protestantes e «organizado» pelo PC Português, de pró-sovietismo comprovado, desde os anos cinquenta. Fundado em 1956, o MPLA fundiu, no decurso das estadas que se multiplicaram na URSS ao longo dos anos sessenta, um bom número dos seus quadros dirigentes (como J. Mateus Paulo ou A. Domingos Van Dunem) no molde marxista-leninista que então vigorava. Ao estudo do socialismo científico juntava-se, para alguns deles (J. Njamba Yemina), uma formação militar adequada, na União Soviética ou nas escolas de guerrilha de Cuba. É na sequência da tomada do poder que o Congresso de Luanda (4-10 de Dezembro de 1977) compreende a necessidade da passagem de um movimento de tipo frentista para uma estrutura de vanguarda decalcada do modelo bolchevique e apta a assumir o estatuto de «partido irmão» no movimento comunista internacional. Com efeito, o novo «MPLA-Partido do Trabalho» foi de imediato reconhecido por Raul Castro, presente no Congresso, como o único «capaz de exprimir correctamente os interesses do povo trabalhador».

A concepção de um Estado «instrumento capaz de aplicar as orientações definidas pelo Partido único» implicava para o novo partido uma vigilância acrescida relativamente às formações rivais, prontas a camuflar a sua natureza contra-revolucionária por detrás de uma fraseologia esquerdista, bem como um centralismo democrático a toda a prova. Não é de espantar, pois, que se assista ao ressurgimento nas latitudes austrais de práticas anti-desviacionistas até então reservadas ao hemisfério norte. Antes mesmo da oficialização do bolchevismo angolano, Neto já tinha uma considerável experiência nesta área. Quando, em Fevereiro de 1975, subjugou (com o apoio das tropas portuguesas) a facção «Revolta do Leste» animada pelo quadro ovimbundu Daniel Chipenda, o episódio permitiu a este último uma denúncia das liquidações perpetradas contra dissidentes do MPLA desde 1967. Decifra-se então melhor o comunicado publicado pelo Movimento em Fevereiro de 1974, segundo o qual este tinha «frustrado e neutralizado» a conspiração da contra-revolução interna que «visava a eliminação física do seu presidente e de muitos dos seus quadros»⁵³.

Ministro da Administração Interna, rival de Neto, Nito Alves encon-trava-se em Luanda quando dos acontecimentos de 25 de Abril de 1974,

52B. Lazitch, P. Rigoulot, *op. cit.*, p. 33.

53*Libération-Afrique*, n.º 9, Março de 1974.

que significaram o dobre de finados do regime colonial. Na ausência da direcção exterior, conseguiu conquistar uma audiência não negligenciável junto dos negros urbanizados, negando nomeadamente aos brancos a nacionalidade angolana, salvo comportamento anticolonialista confirmado. Apoiou-se numa rede de comités de bairro, em nome de um «Poder popular» para cuja conquista não recuou perante as práticas mais estalinistas, pouco susceptíveis, aliás, de surpreender as suas vítimas, geralmente de obediência maoísta⁵⁴. Seguro das garantias que certamente lhe foram dadas pelos Soviéticos, pelos Cubanos e pelos comunistas portugueses, ensaiou um golpe de força a 27 de Maio de 1977 para tentar evitar a depuração desencadeada pouco tempo antes contra os seus partidários. Enquanto o fracasso da operação se tornava patente (nomeadamente em virtude da política de espera dos conselheiros estrangeiros de Nito Alves), Neto tomou a palavra na rádio: «Penso que o nosso povo irá compreender as razões pelas quais estamos a actuar com uma certa dureza contra aqueles que estão relacionados com estes acontecimentos.» Acusados de «racismo, de tribalismo e de regionalismo», os desviacionistas foram objecto de uma depuração radical. Enquanto o Comité Central e o aparelho eram profundamente remodelados⁵⁵ e os confrontos ensanguentavam a capital, a repressão alargava-se às capitais provinciais: em Ngunza (Cuanza Sul), 204 desviacionistas teriam sido abatidos apenas na noite de 6 de Agosto⁵⁶, o que iria dar alguma credibilidade aos números avançados depois de 1991 pelos sobreviventes, segundo os quais o MPLA teria realizado uma depuração de vários milhares dos seus membros nessa altura. Os comissários políticos das FAPLA (Forças Armadas) foram igualmente alvo da vigilância de Sapilinia, membro do Comité Central que chefiou pessoalmente a respectiva liquidação em Luena (Moxico)⁵⁷.

A relativa popularidade de Nito Alves era mantida pela denúncia, nas colunas do *Diário de Luanda* e nos programas de rádio «Kudibanguela» e «Povo em Armas», da degradação das condições de vida. Estas fontes deixam entrever a existência de penúrias alimentares cruéis (a expressão «fome» é utilizada pelos nitistas) em certas regiões. As mesmas fontes denunciam um estado de esgotamento dos assalariados urbanos ainda em actividade e controlados pelo regime: uma lei de Novembro de 1975 e um decreto de Março de 1976 tinham vindo garantir a disciplina no aparelho produtivo;

⁵⁴ Ver um ponto de vista trotskista informado in Claude Gabriel, *Angola, le tournant africain?*, Paris, La Brèche, 1978.

⁵⁵ Em trinta membros, cinco foram fuzilados (como Nito Alves), três desapareceram em circunstâncias pouco claras e dois foram excluídos. Cf. Lazitch, Rigoulot, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁶ Segundo a revista trotskista portuguesa *Ação Comunista*, citada por C. Gabriel, *op. cit.*, p. 329.

⁵⁷ *Ibid.*

a greve extra-sindical (ou seja, antipartido) é equiparada a um crime em virtude das palavras de ordem «produzir e resistir». Aparecem, pois, (apesar da sua instrumentalização burocrática) formas de contestação que já não se satisfazem com a denúncia ritual da desorganização provocada pelo êxodo branco e pela guerra. Próspera desde os anos sessenta, a economia angolana desmoronou-se literalmente a partir de 1975, e o controlo estatal do sistema esconde cada vez mais dificilmente uma dolarização generalizada: monopólio partidário e capacidade de acesso a uma divisa que se negocia a cinquenta vezes o seu curso oficial conjugam os seus efeitos no aparecimento de uma *nomenklatura* bastante indiferente às condições de existência do «povo trabalhador». Ninguém tem capacidade, durante cerca de uma dezena de anos, para avaliar a situação alimentar em imensas zonas do território. Enquanto o governo consegue desligar o mercado urbano — alimentado pelo rendimento petrolífero — dos produtores locais, o Estado descarta os campos afectados pela guerra e pressionados pelos dois lados na medida das necessidades de recrutamento. O termo «fome», cuidadosamente afastado até então pelos meios oficiais, ressurgiu em 1985 sob a forma de um aviso da FAO. Quando das grandes autocríticas desencadeadas pela *perestroika* soviética, o governo angolano reconhecerá então a gravidade de uma situação que culminava na conclusão formulada pela UNICEF no início de 1987 segundo a qual várias dezenas de milhares de crianças haviam morrido de fome no decurso do ano anterior.

Rico graças ao domínio do enclave petrolífero de Cabinda⁵⁸, mas pobre em recursos administrativos, militares e militantes, o regime pôde dedicar poucos recursos aos seus projectos de colectivização e de aldeamento rurais. Tal como se apresentavam, foram sentidos como uma ameaça por importantes sectores camponeses. Principalmente as colectas fiscais, a insuficiência dos investimentos públicos, os entraves à comercialização, o encerramento dos pontos de escoamento urbanos provocaram um recuo rural. Treze anos depois da independência, o Estado angolano publicou num relatório oficial⁵⁹ a posição do agrónomo René Dumont, que denunciava em linguagem compreensível para os seus interlocutores a «troca desigual» que espolia os camponeses das suas «mais-valias». Esta situação transformou-se rapidamente em hostilidade contra um mundo litoral dominado pela cultura (marxizante no caso) dos assimilados e mestiços, muito presentes no topo do MPLA.

⁵⁸ Anexada a Angola em 1956 por Portugal, Cabinda está separada do resto do país pela foz (zairense) do Congo. A sua população (bacongá), aliciada pela ideia de uma independência baseada nas *royalties* do petróleo, é mantida em respeito, a partir de 1975, por 10 000 homens das FAPLA e 2000 cubanos.

⁵⁹ *Síntese do plano de recuperação económica a nível global para o biénio 1989-90*, República Popular de Angola, 1988. In P. Baudet, *op. cit.*, p. 64.

Foi nesta base, reforçada por um ódio ao estrangeiro cubano, russo, leste--alemão ou norte-coreano⁶⁰, que a UNITA de Jonas Savimbi pôde — apesar de os seus homens praticarem sem moderação a arte de viver à custa do habitante — beneficiar de um apoio crescente muito para além das terras dos Ovimbundos que representavam a sua base étnica à partida. Nestas condições, mais do que uma guerra de tipo estalinista conduzida pelo MPLA contra o campesinato, seria mais rigoroso referir, no caso angolano, uma «guerra camponesa», noção que coloca os protagonistas em posição simétrica mais em conformidade com a relação de forças existentes no terreno. Apoiados pela administração Reagan mas impregnados de cultura maoísta, os dirigentes da UNITA servem-se, aliás, alegremente da retórica da oposição cidade/campo, denunciando em nome do «povo africano» a «aristocracia mestiça» do MPLA⁶¹. Torna-se no entanto difícil avaliar a dimensão, em vésperas das convulsões no Leste, da ligação camponesa a Savimbi. No seguimento do descomprometimento sul-africano e cubano que se seguiu aos acordos de Nova Iorque de 22 de Dezembro de 1988, a conversão do MPLA produziu os efeitos esperados. A adopção pela sua direcção, em Julho de 1990, da economia de mercado, bem como a aceitação do pluralismo partidário implicaram, quando das eleições de 1992, a derrota da UNITA.

O inegável desenvolvimento desta organização no decurso dos quinze primeiros anos de independência era essencialmente o sintoma de uma reacção de rejeição face ao Estado-MPLA, ela mesma mais fruto do traumatismo provocado por quinze anos de desestruturação das trocas, de recrutamentos forçados e de deslocações maciças de populações, do que da ausência de garantias judiciais que presidiu à repressão maciça dos opositores. O período de transição para o pluripartidarismo foi, aliás, pouco propício à investigação das responsabilidades em matéria de violação dos direitos humanos, e os membros da polícia política — com frequência provenientes, como na URSS, de etnias minoritárias — nunca tiveram de responder pelas suas actividades anteriores, em razão da continuidade governamental. Com excepção das pequenas formações em que se agrupavam os que tinham escapado às depurações, nenhum dos dois grandes partidos julgou oportuno exigir que fosse feita luz sobre as dezenas de milhares de vítimas cujo destino não estivera, para manter a sobriedade própria dos relatórios da Amnistia Internacional, «em conformidade com as normas de equidade internacionalmente reconhecidas».

⁶⁰ Como faz notar Jean-François Revel no seu prefácio ao texto de B. Lazitch e P. Rigoulot (*op. cit.*), «os sovieta-cubanos estão lá para impor a Angola o sistema comunista, ao passo que não se põe a questão, e isso seria inconcebível, de a África do Sul exportar para Angola o sistema do *apartheid*».

⁶¹ Christine Messiant, «Angola, les voix de l'éthnisation et de la décomposition», *Lusotopie* 1-2, 1994.

MOÇAMBIQUE

A 25 de Setembro de 1974, os militares portugueses ainda não tinham instituído o pluripartidarismo em Lisboa quando confiaram os destinos de Moçambique exclusivamente à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Fundada em Junho de 1962⁶², a Frente soubera, sob a autoridade do doutor (em antropologia) Eduardo Chivambo Mondlane, conquistar as simpatias da comunidade internacional e beneficiar do apoio militar tanto da China como da URSS. Ao contrário do que acontecera em Angola, a Frelimo tinha conseguido, antes da «revolução dos cravos» portuguesa (25 de Abril de 1974), colocar em dificuldade as tropas coloniais, aliás maioritariamente compostas por africanos⁶³. Agrupando uma parte notável das elites intelectuais nacionalistas, a Frente reflecte as divisões ideológicas que a atravessam. Em 1974, porém, já não é possível ocultar a impregnação mar-xista-leninista da sua direcção. Depois do seu II Congresso (1968), o significado do combate anti-imperialista, desenvolvido por Samora Machel segundo a lógica chinesa das «zonas libertadas», aparecia cada dia mais conforme à afirmação feita, pouco antes do seu desaparecimento (1969), pelo próprio Mondlane: «Concluo hoje que a Frelimo é mais socialista, revolucionária e progressista do que nunca e que a nossa linha é diariamente mais orientada para o socialismo marxista-leninista.» E, interrogando-se sobre as razões desta evolução, explicava: «Porque, nas condições de vida em Moçambique, o nosso inimigo não nos deixa escolha.»

A seguir à independência, o inimigo pareceu querer conceder uma certa pausa aos novos senhores. Estes últimos, em que o elemento urbano *assimilado*, branco, mestiço ou indiano, era hegemónico, lançaram-se com entusiasmo na obstetrícia nacional. Num país rural, a invenção da nação pressupunha, a seus olhos, um enquadramento do Partido-Estado, única forma de garantir uma política de «aldeamento» consequente, capaz, além disso, de engendrar o *homem novo*, tão caro ao poeta Sérgio Vieira⁶⁴. Já iniciada no começo dos anos setenta nas «zonas libertadas», com resultados diversos, esta política foi sistematizada no conjunto do território. Todos os rurais, a saber 80%

⁶² Em síntese, a Frelimo é o produto da fusão de organizações nacionalistas constituídas entre os moçambicanos emigrados no Tanganica, na Rodésia e na Niassalândia. Consultar Luís de Brito, «Une relecture nécessaire: la genèse du Parti-État Frelimo», *Politique africaine*, n.º 29, Março de 1988.

⁶³ Acerca da fraqueza do nacionalismo moçambicano, ver Claude Cahen, «Sur quelques mythes et quelques réalités de la colonisation et de la décolonisation portugaise», comunicação no colóquio *Décolonisations comparées*, Aix-en-Provence, 30 de Setembro-3 de Outubro de 1993.

⁶⁴ Chrisrian Geffray, *La Cause des armes au Mozambique. Anthropologie d'une guerre civile*, Paris, Karthala, 1990, p. 27.

da população, eram supostos abandonar o seu habitat tradicional a fim de se reagruparem em aldeias. No entusiasmo da independência, as populações responderam favoravelmente às solicitações da administração, cultivando campos colectivos rapidamente abandonados nos anos seguintes, participando por vezes na edificação das construções exigidas, sem contudo concordarem em lá residir. No papel, porém, o país estava coberto por uma administração hierarquizada, teoricamente sob controlo das células de um partido que, em 1977, tinha claramente reivindicado a herança bolchevique e apelado ao desenvolvimento da colectivização das terras e ao reforço dos laços com o movimento comunista internacional. Tinham sido assinados diversos tratados com o Leste, e o fornecimento de armamento e de instrutores parecia autorizar um apoio acrescido aos nacionalistas rodesianos do *Zimbabwe African National Union* (ZANU).

Numa altura em que Moçambique se associava ao bloqueio que ameaçava estrangulá-la, foi como represália que a Rodésia branca de Ian Smith decidiu dar o seu apoio à resistência que começava a aparecer nos campos. Sob a direcção de Afonso Dhlakama, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) beneficiou de um apadrinhamento estreito dos serviços especiais rodesianos até à independência do Zimbabwe, data a partir da qual a tutela logística passou a ser assegurada pela África do Sul (1980). Para surpresa de numerosos observadores, a adesão à resistência das populações aldeãs foi crescendo, a despeito dos métodos bárbaros da Renamo, cuja acção assustava até os seus protectores rodesianos. Os fugidos dos «campos de reeducação» que se tinham multiplicado a partir de 1975⁶⁵ sob a férula do Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) não eram os menos violentos. Na falta de adesão, o controlo das populações tornava-se uma parada vital para ambas as partes, e os raros estudos no terreno confirmam as observações do *Human Rights Watch*⁶⁶ quanto à amplitude e à bestialidade das exacções cometidas pelos dois campos contra as populações civis. Menos enquadrada do que a violência de Estado da Frelimo, a exercida pela Renamo não se resumiu a acções contra as “grandes comoanhias” doravante entregues a si mesmas depois da deserção dos seus responsáveis. O apoio que apesar de tudo lhe é concedido exprime um ódio ao Estado cuja dimensão testemunha violências justificadas pela Frelimo, numa linguagem estrangeira, em nome da luta contra o «tribalismo», de um apego a práticas religiosas qualificadas de «obscurantistas», de uma fidelidade continuada relativamente

⁶⁵ Um dos mais importantes agrupou dez mil testemunhas de Jeová em Malange, perto da fronteira com o Malawi.

⁶⁶ *Conspicuous Destruction. War, Famine & the Reform Process in Mozambique*, Human Rights Watch, Nova Iorque, 1992.

a linhagens de chefias tradicionais rejeitadas em bloco pelo regime depois da independência sob o rótulo de «feudalismo»⁶⁷.

As prerrogativas do SNASP tinham sido bastante aumentadas antes mesmo de a amplitude da ameaça constituída pela Renamo ter sido percebida pelas autoridades de Maputo. Criada em Outubro de 1975, a Segurança Popular estava efectivamente habilitada a prender e deter qualquer pessoa suspeita de «ataque à Segurança do Estado», noção que incluía os delinquentes económicos. O SNASP fora fundado para levar essas pessoas a tribunal, e nesses casos encarregava-se da instrução. Podia igualmente enviá-las directamente para um «campo de reeducação». Negado aos detidos pelo artigo 115 do Código de Processo Penal, o *habeas corpus* era só uma recordação (admitindo que a sua aplicação tenha sido efectiva nos tempos salazaristas...) quando o primeiro ataque de envergadura da Resistência visou, em 1977, o campo de reeducação de Sacuze. As «ofensivas pela legalidade», periodicamente conduzidas por Samora Machel, não limitaram as prerrogativas do SNASP. Visavam pôr em concordância o facto com o direito; tal foi a lógica da Lei 2/79 de 28 de Fevereiro de 1979 sobre os crimes contra a segurança do povo e do Estado Popular, restabelecendo a pena de morte, abolida em Portugal e em todas as suas colónias desde 1867. O castigo supremo não era, aliás, sempre aplicado dentro das regras, e nomeadamente quando se tratava de eliminar os dissidentes da Frelimo. Foi esse em especial o destino de Lázaro Nkavandame, Joana Simião e Uria Simango, liquidados quando da sua detenção em 1983 e cujo destino foi mantido secreto até que o Partido riscou o marxismo-leninismo da sua agenda⁶⁸. Esse mesmo ano de 1983 foi igualmente marcado no plano jurídico pelo encerramento da Faculdade de Direito Eduardo Mondlane, em Maputo; a acreditar nos considerandos apresentados pelo governo, era efectivamente claro que esse estabelecimento não preparava os juristas para defenderem os direitos do povo mas unicamente os dos exploradores⁶⁹. De um modo geral, a *intelligentsia* caiu muito rapidamente num desencanto discreto, tingido de servilismo relativamente à Associação dos Escritores Moçambicanos, entregando-se em privado a comparações iconoclastas entre KGB, CIA e SNASP⁷⁰. Mais raros foram aqueles que, como o poeta Jorge Viegas, pagaram a sua dissidência com o hospital psiquiátrico e depois com o exílio.

O endurecimento político então verificado andava a par, segundo uma lógica já comprovada quando dos primeiros passos da Rússia soviética, de uma

⁶⁷ Michel Cahen, «Check on Socialism in Mozambique. What Check? What Socialism?», *Review of African Political Economy*, n.º 57, 1993, p. 54.

⁶⁸ V Congresso da Frelimo, Julho de 1989.

⁶⁹ *Moçambique, independência e direitos humanos*, Amnesty International, 1990, p. 24.

⁷⁰ Michel Laban, «Écrivains et pouvoir politique au Mozambique après l'indépendance», *Lusotopie*, 1995.

abertura económica. Indubitavelmente, esta não tinha necessidade de uma maior abertura face ao estrangeiro, uma vez que os investimentos ocidentais foram sempre bem recebidos, como convém a um país de «orientação socialista» ao qual a URSS recusou a entrada no Comecon⁷¹. O IV Congresso (1983) voltou a sua atenção para a população rural, pondo fim à política de colectivização, de efeitos desastrosos. Ao fazer uma das denúncias de que tanto gostava, Samora Machel deixou as coisas muito claras: «Não esqueçamos o facto de que o nosso país é antes de mais constituído por camponeses. Nós persistimos em falar da classe operária e relegamos para segundo plano a maioria da população⁷².» Cada incêndio de palhotas pelas milícias governamentais, por ordens (teóricas) de superiores hierárquicos preocupados com as quotas de aldeamento, reforçava automaticamente a Renamo. Além disso, a desestruturação dos sistemas de cultivo, a degradação das condições de troca bens de consumo/culturas alimentares e a desorganização do comércio concorriam para um agravamento das dificuldades de alimentação.

Não parece que a arma da fome tenha sido utilizada de forma sistemática, tanto pelas autoridades como pela Renamo. No entanto, o controlo do auxílio alimentar representou para a Frelimo um trunfo essencial para o reagrupamento das populações que os dois campos disputavam. Por este facto, a concentração improdutiva de agricultores colocados perante a impossibilidade de regressarem às suas terras era ela mesma geradora de dificuldades alimentares futuras. No total, segundo a Human Rights Watch, a insuficiência das rações globalmente disponíveis durante o período de 1975-1985 esteve na origem de uma quantidade de mortos superior à causada pela violência armada⁷³. A avaliação é confirmada pela UNICEF, que estima em seiscentos mil o número de vítimas da fome no decurso da década em causa e não hesita em esboçar uma comparação com a Etiópia. A ajuda internacional traduziu--se para muitos na sobrevivência das populações expostas. Em Janeiro de 1987, o embaixador dos Estados Unidos em Maputo enviou ao Departamento de Estado um relatório que quantificava em três milhões e meio o número de moçambicanos ameaçados pela fome⁷⁴, desencadeando um auxílio imediato de Washington e de várias organizações internacionais. No entanto, as zonas mais isoladas e expostas às instabilidades climatéricas foram vítimas de fomes

⁷¹ Ver Michel Cahen, *Mozambique, la révolution implosée*, Paris, CHarmattan, 1987, pp. 152-154.

⁷² Discurso do presidente Samora Machel na sessão de Dezembro de 1985 da Assembleia Popular. In M. Cahen, *Mozambique, la révolution implosée*, op. cit., p. 163.

⁷³ *Conspicuous Destruction*, op. cit., p. 4. A UNICEF estima em 600 000 o número de vítimas da fome para a década considerada e considera esta quantidade comparável à da Etiópia, somente no período de 1984-1985.

⁷⁴Jean-François Revel, «Au Mozambique aussi, le marxisme-léninisme engendre la famine», *Est & Ouest*, n.º 40, Março de 1987.

brutalmente mortíferas de amplitude dificilmente estimável, como a região de Memba, onde, segundo as organizações humanitárias, oito mil pessoas morreram de fome na Primavera de 1989.⁷⁵ Nas áreas abrangidas pela solidariedade estrangeira, o mercado retomou rapidamente os seus direitos. É, em todo o caso, uma das ilações de um relatório da Comunidade Europeia⁷⁶ de 1991, do qual ressalta que somente 25% da ajuda alimentar eram vendidos ao preço acordado, ficando 75% nas mãos do aparelho político-administrativo o qual, depois da punção de rigor, negociava os excedentes no mercado paralelo. O *homem novo* que Samora Machel e os seus teimavam em construir era bem «o produto patológico deste compromisso, o qual, no sujeito individual, é vivido como desonra, mentira, loucura esquizofrénica. Quer viver, mas para isso tem de dividir-se, levar uma vida escondida e verdadeira e uma vida pública e falsa, querer a segunda para proteger a primeira, mentir incessantemente para guardar algures um cantinho de verdade»⁷⁷.

O repentino desmoronamento dos Partidos-Estado de Leste levou, num movimento muito natural, a prestar mais atenção à sua fraqueza e a acentuar a resistência das sociedades civis. Embora, no decorrer dos quinze anos considerados, a caracterização pública do comunismo africano como «legitimação política moderna»⁷⁸ pudesse ter tido consequências dolorosas para um universitário autóctone, esta percepção nem por isso deixa de concervar a sua carga explicativa. A pouca duração da experiência africana, conjugada com a percepção dominante de uma África tautologicamente votada à violência em razão da sua própria africanidade, poderia levar a esbater — a despeito das nossas precauções iniciais — os contornos do nosso tema. A fim de resistir à tentação, não é sem dúvida inútil inverter a perspectiva. Se é verdade que a especificidade da violência observada nos Estados de obediência marxista-leninista dificilmente sobressai num continente marcado pelo partido único, as chacinas e a fome não serão devidos, como escrevia A. Mbembe, ao facto de que, embora os países africanos «tenham sido colonizados e conduzidos à independência pelas potências ocidentais, foram definitivamente os regimes de tipo soviético que lhes serviram de modelo», não tendo os esforços de democratização «modificado a natureza profundamente leninista dos Estados africanos»?

75 C. Geffray, *La Cause des armes*, op. cit., p. 209.

76H. Gebaver, «The Subsiddized Food Distribution System in Mozambique and its Socio-Economic Impact», Technical Assistance, EC Food Security Department, Maputo, 1991. In *Conspicuous Destruction*, op. cit., p. 120.

77 Alain Besançon, «La normalité du communisme selon Zinoviev», *Pouvoirs*, n.º 21, 1982.

78 Jean Leça, in C. Cahen, *Mozambique, la révolution implosée*, op. cit., p. 161.